

## RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

### **O IMPACTO DAS DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE O RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS TRABALHADORES**

*Bruna Marcelle Bastos Dias Marinho (bruna.marinho@afya.com.br)*

*Isadora Venturi De Souza (Isadoraventuri@gmail.com)*

*Renato Marcelo Resgala Júnior (renatoresgalajr@gmail.com)*

O vínculo de emprego constitui o alicerce jurídico da proteção social no Brasil, assegurando ao trabalhador o acesso a direitos fundamentais. Todavia, a informalidade no mercado de trabalho atingiu 38% no trimestre encerrado em março de 2025, evidenciando uma massa de trabalhadores desprotegidos. Nesse cenário, a Justiça do Trabalho é frequentemente acionada para reconhecer a existência da relação empregatícia. O problema central reside na falta de integração entre as esferas judicial trabalhista e administrativa previdenciária, o que impede que sentenças e acordos produzam efeitos automáticos perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Analisar o impacto das decisões laborais no reconhecimento do vínculo e os obstáculos impostos à efetivação dos direitos previdenciários, investigando a validade das contribuições e a relevância da prova material contemporânea. A pesquisa é exploratória de natureza básica, com abordagem quali-quantitativa. A coleta de dados abrange o biênio 2025-2026, utilizando pesquisa bibliográfica e análise documental de legislações e acervos jurisprudenciais do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1). Identificou-se que a prevalência do princípio da conciliação muitas vezes resulta em acordos sem o reconhecimento formal

do vínculo, o que, conforme a Orientação Jurisprudencial nº 398 da SBDI-1 do TST, impede a geração de tempo de contribuição ou carência, mantendo o trabalhador em vulnerabilidade. Verificou-se que, mesmo com o reconhecimento do vínculo, a autarquia previdenciária exige o início de prova material contemporânea. Essa exigência configura uma "prova diabólica" para o trabalhador hipossuficiente, que recorre ao Judiciário justamente pela ausência de documentos sonegados pelo empregador. Observou-se uma contradição sistêmica onde a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) possui fé pública, mas a sentença judicial é desconsiderada administrativamente. A ausência de harmonia entre os ramos do Direito compromete a unidade do ordenamento jurídico e consolida a insegurança jurídica. Conclui-se que vitórias na Justiça do Trabalho frequentemente representam ganhos meramente patrimoniais imediatos, mas derrotas na proteção social a longo prazo. É imperativa a integração sistêmica para que o reconhecimento judicial do trabalho se converta em efetiva proteção previdenciária, garantindo a dignidade do indivíduo.

Palavras-chave: direito do trabalho; direito previdenciário; vínculo de emprego; prova material contemporânea; proteção social.